ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

DESIGUALDADE E PERSISTÊNCIA DA FOME COLETIVA NO BRASIL

Bruna Cristina Ferreira Alves [1]
Gilmar Alves de Avelar [2]

Como citar: ALVES, Bruna Cristina Ferreira; AVELAR, Gilmar Alves de. DESIGUALDADE E PERSISTÊNCIA DA FOME COLETIVA NO BRASIL. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 112–124, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74777 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74777

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 08/11/2024 | **Aceito:** 02/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

A pandemia no Brasil amplia a condição de fome que já se apresentava alarmante antes mesmo da crise do novo coronavírus como consequência dos ataques que a classe trabalhadora tem sofrido nos anos anteriores, especialmente no âmbito das políticas de proteção social. O presente artigo objetiva discutir a fome coletiva no Brasil, a partir dos resultados do I e II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da COVID-19 no Brasil. O artigo inicia com a contextualização do trabalho desenvolvido pela Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) para posteriormente apresentar alguns dados mais gerais, os quais demonstram a realidade da fome no Brasil. Em seguida, adentramos especificamente nos resultados do I e do II inquérito, que demonstram de várias formas a presença da fome nos domicílios brasileiros. A metodologia empregada na realização deste trabalho foi a análise de conteúdo e revisão de literatura. Ao relacionar os resultados, é possível entender que o aumento de mais de 14 milhões de brasileiros em condição de fome é o resultado perverso do aprofundamento da desigualdade social proveniente do desmantelamento de políticas públicas.

Palavras-chave: Geografia. Fome. Insegurança Alimentar. Políticas Públicas.

INEQUALITY AND THE PERSISTENCE OF COLLECTIVE HUNGER IN BRAZIL

Abstract

The pandemic in Brazil has exacerbated the hunger situation that was already alarming even before the novel coronavirus crisis as a consequence of the attacks that the working class has suffered in previous years, especially in the context of social protection policies. This article aims to discuss collective hunger in Brazil, based on the results of the I and II National Survey on Food Insecurity in the Context of COVID-19 in Brazil. The article begins by contextualizing the work developed by the Brazilian Network for Food and Nutrition Sovereignty and Security (Rede PENSSAN) and then presents some more general data, which demonstrate the reality of hunger in Brazil. Next, we specifically delve into the results of the I and II surveys, which demonstrate in various ways the presence of hunger in Brazilian households. The methodology used in carrying out this work was content analysis and

[1] Mestranda na Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás (GO), Brasil
e-mail: bruna.cristina.ferreira.alves@gmail.com
[2] Professor doutor na Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás (GO), Brasil
e-mail: g.avelar@uol.com.br

literature review. By relating the results, it is possible to understand that the increase of more than 14 million Brazilians in a situation of hunger is the perverse result of the deepening of social inequality resulting from the dismantling of public policies.

Keywords: Geography. Hunger. Food Insecurity. Public Policies.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a persistência da fome coletiva no Brasil, como resultado do aprofundamento da desigualdade social no país. Para essa tarefa utilizaremos as informações contidas nos inquéritos sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19, publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) no ano de 2021 e 2022. Além disso, serão utilizadas informações do relatório intitulado "O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI)", publicado no dia 12 de Julho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A metodologia empregada neste trabalho envolveu a revisão de literatura, análise de conteúdo e uma seleção qualitativa dos resultados dos inquéritos. A análise qualitativa dos conteúdos permitiu uma compreensão aprofundada das nuances e especificidades do tema, ao passo que a avaliação dos dados numéricos forneceu uma base sólida para entender a dimensão e o impacto do problema estudado. Esse método permitiu combinar a riqueza das abordagens qualitativas com a precisão das análises quantitativas, proporcionando uma visão abrangente e crítica sobre a situação da fome no Brasil.

A rede PENSSAN foi organizada no âmbito de conferências e seminários nacionais sobre Segurança Alimentar e Nutricional desde 2012, a aprovação e formalização da rede ocorreu no III Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em Curitiba/PR no ano de 2017. Os principais objetivos visam a ampliação do debate sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil, a partir da formulação de inquéritos que possibilitem conhecer detalhadamente essa realidade, para proposição de caminhos que levam à superação da fome.

O I inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil foi publicado no ano de 2021, teve como objetivo monitorar a situação de Segurança e Insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19. O II inquérito foi publicado no ano de 2022 e tem como objetivo o monitoramento dos níveis de segurança alimentar no país com vistas à atualização dos dados sobre insegurança alimentar.

Dividimos a exposição em duas partes. A primeira analisa os dados do I inquérito

realizado pela rede PENSSAN, bem como os dados do relatório da FAO. A segunda parte analisa os dados do II inquérito.

Análise do I inquérito sobre insegurança alimentar no contexto da Covid-19 no Brasil

Em 2023, uma matéria publicada no site do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome, alerta que, segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a insegurança alimentar no Brasil agravou nos últimos três anos.

A insegurança alimentar no Brasil é dividida em três escalas de análise: leve, moderada e grave. Na primeira condição, leve, diminui a qualidade das refeições e dos alimentos; na segunda, moderada, a diminuição da quantidade e na terceira, grave, é reconhecido como estado de fome, pois a qualidade e quantidade ficam comprometidas, indicando que essas pessoas convivem cotidianamente com o fato de não saber quando conseguirá se alimentar.

O relatório da FAO identificou que no Brasil existem 70,3 milhões de pessoas na condição de insegurança alimentar moderada. No caso da insegurança alimentar grave, o relatório mostra que 21,1 milhões de brasileiros enfrentaram essa realidade em 2022.

O Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social e Combate à Fome (MDS) informa que o maior avanço no enfrentamento da fome no país foi consolidado durante os anos de 2003 a 2013, cuja redução dos indicadores de fome foi de 82%, possibilitando a saída do Brasil do mapa da fome da FAO no ano de 2014. Com relação a essa alteração dos indicadores, podemos citar a criação de estratégias implementadas em 1999, com a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que reúne ações de governos municipais e estaduais no combate à fome.

A partir disso, nota-se uma alteração na forma de tratamento do problema da fome no país, bem como uma mudança da percepção sobre as causas e consequências dos problemas gerados pela fome. Neste contexto de combate a fome potencializada pelo Estado brasileiro outra ação importante foi a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004. Através dele, torna-se possível a estruturação de uma rede integrada de proteção e promoção social, relacionando as políticas de assistência social, de segurança alimentar e nutricional. São ferramentas para execução de ações a serviço da saúde da população, além disso, funcionam como uma rede de acolhimento para atender as pessoas mais pobres afetadas pelo flagelo da fome.

Outro elemento importante no processo de combate à fome no país são as políticas públicas voltadas à agricultura familiar iniciada com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário instituído no ano 2000 (MDA), cujo objetivo seria de planejar e implementar políticas para o desenvolvimento rural através do fortalecimento da agricultura familiar.

A criação de programas de combate à fome no decorrer dos anos de 2003 a 2006 foram fundamentais no Brasil. Dentre eles, podemos citar o "Fome Zero", o "Programa de Aquisição de Alimentos" (PAA) e a criação de restaurantes e cozinhas populares para acesso a refeições de qualidade a baixos custos.

Estas políticas com seus programas fortaleceram o enfrentamento à condição da fome e miséria generalizada no país, configurando sistemas de proteção social que, entretanto, com a implementação de medidas econômicas neoliberais dos últimos anos, condicionaram a deterioração da qualidade de vida e o aumento da fome da população brasileira, agravadas durante crise sanitária da COVID-19.

Para o economista Marcelo Álvares de Lima Depieri as políticas neoliberais são alterações nas diretrizes econômicas que apostam na austeridade fiscal, impulsionando uma agenda de cortes e contenções de recursos que

> "[...] afetam diretamente a capacidade de investimento do Estado, mais importante elemento para geração da renda e indução do crescimento. Ambas as reformas, trabalhista e previdenciária, carregam a tendência de valorização do capital em detrimento do trabalho, extinguindo direitos daqueles que vivem de salários, fragilizando a renda e o bem-estar de milhões de brasileiros" (Depieri, 2020 p. 135).

A famigerada emenda constitucional 95 [teto dos gastos] foi aprovada no final de 2016 e exprime fortemente a conjuntura econômica a qual o Brasil se coloca. A nova regulamentação fiscal impõe ao Estado limitação de gastos com necessidades primarias como saúde, educação, trabalho, moradia, por um período de 20 anos. A partir disso, o congelamento das despesas primárias obriga que a cada ano o Estado reduza os investimentos nos segmentos de proteção social e da vida cotidiana da população. Essa agenda de cortes provoca o agravamento das desigualdades sociais e com a chegada da pandemia a situação torna-se ainda pior.

O primeiro Inquérito coletou dados de 2.180 casas das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nas áreas rural e urbana. A pesquisa realizou-se em 128 municípios das grandes regiões do país dividida pelos 26 estados e o Distrito Federal, percorrendo ao todo 287 setores censitários.

Como resultado da pesquisa, o primeiro inquérito mostra que três meses antes da coleta de dados, 94 milhões de brasileiros (44,8%) da população mantinham uma vida dentro dos parâmetros de segurança alimentar, enquanto 116 milhões de pessoas (55,2%) estavam sob condições de insegurança alimentar. Entre esses estavam sob insegurança moderada (11,5%) e em insegurança grave (0,9%), contabilizando um total de 19,1 milhão de pessoas.

Segundo o inquérito os resultados das edições da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013 são importantes para entendermos o avanço do país quanto a redução dos índices de insegurança alimentar e fundamentalmente os impactos de diferentes realidades quanto ao acesso dos alimentos. No entanto a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, saltou de 18,3% para 20,6 entre 2015 e 2019.

> "Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica ocorrência de fome (Penssan, 2021 p.15)."

Os números apresentados representam também o processo econômico e político o qual o Brasil está inserido e que se agrava ainda mais com a crise sanitária da COVID-19 quando impacta diretamente na questão de renda, salário e trabalho de toda população. No entanto as maiores porcentagens de famílias em condições de trabalho informal, perda de trabalho e dificuldade de manutenção da renda mensal estão presentes nas regiões Norte e Nordeste.

> "As regiões Nordeste e Sul/Sudeste concentravam, cada uma, mais de 7 milhões de pessoas convivendo com a fome. As demais regiões apresentaram números bem menores, mas que representam proporções relevantes de sua população. Por exemplo, a região Norte tem 7,5% dos habitantes do Brasil, mas abriga 14,9% do total daqueles (as) que passam fome (Penssan, 2021 p. 36)."

As desigualdades regionais podem ser expressas através da condição de acesso aos alimentos, mas alinhada a isso outras condições nesse contexto da pandemia são ainda mais precarizadas, como o acesso a água e o endividamento das famílias no contexto de desemprego. O primeiro inquérito expõe que a segurança alimentar no Norte não ultrapassou 50% e no Nordeste os 30%. Estas desigualdades regionais juntam-se as de outra natureza, socioeconômicas que impactam a nível nacional, mas também em seu interior.

É nesse contexto de aprofundamento da desigualdade social e ataque ao Direito Humano a Alimentação (DHAA) imposta através de políticas fiscais desde 2015 que aumentam a deterioração do mercado de trabalho, a extrema pobreza e consequentemente a

fome, que em 2018 atingia 10,3 milhões de pessoas no Brasil e no ano de 2020 passa a ser de 19,1 milhões.

Análise do II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil

O segundo inquérito coletou dados no período de novembro de 2021 a abril de 2022, foram visitados 12.745 domicílios, abrangendo 577 municípios em todas as macrorregiões brasileiras. A pesquisa ocorreu tanto na área urbana, quanto rural e demonstra que o aumento dos níveis de insegurança alimentar no país, está fortemente atrelado ao desmantelamento de políticas públicas que visam a promoção da segurança alimentar e nutricional. Entre as políticas extintas destaca o programa de aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF):

> "Nesse cenário de desmonte das políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve-se destacar, em 2021, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, reconhecidos por analistas sobre o tema como frágeis em suas concepções e objetivos, além de limitados na abrangência populacional. Estima-se que apenas metade dos 100 milhões de pessoas antes atendidas pelo PBF e pelo Auxílio Emergencial permaneceu com acesso ao Auxílio Brasil. Ademais, sobressai, neste período da pandemia, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Penssan, 2022 p.23)."

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos programas e de maior orçamento do país, com a suspensão das atividades escolares no período da pandemia, teve seus recursos reduzidos e isso muito impactou na realidade de crianças e jovens que dependem desse tipo de programa para conseguir realizar ao menos uma refeição completa e saudável diariamente.

> "O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é, sem sombra de dúvidas, a mais exitosa e abrangente política pública de SAN em vigor no Brasil. Criado em meados dos anos de 1950 e reformulado diversas vezes desde então, o PNAE oferece hoje refeições para mais de 40 milhões de estudantes. Com o início da pandemia e o cancelamento das aulas em todo o país, essa enorme população de beneficiários passou a não usufruir diariamente da alimentação escolar, muitas delas em situação de grave vulnerabilidade, incluindo quilombolas, indígenas, dentre outros (Sipione, 2020 p. 11)."

Mesmo com a efetivação do repasse financeiro dos programas de transferência de

renda, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil, os resultados da pesquisa são assustadores, pois indica que em 2022 tínhamos 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome no Brasil. Se observarmos, de um lado, os índices de porcentagem da área rural em relação ao urbano, nota-se índices de insegurança grave bastante altos, chegando a 18%. De outro lado, o quantitativo de pessoas em insegurança grave na cidade chega a mais de 27 milhões de pessoas passando fome como demonstra na (tabela I).

Tabela I - Distribuição percentual de domicílios por condição de SA/IA e número de pessoas sob condições de SA/IA segundo a localização rural e urbana no Brasil em 2021/2022

	Domicílios (%)				**Moradores (por mil habitantes)**			
Brasil e localização dos domicílios	**SA**	**IA Leve**	**IA Moderada**	**IA Grave**	**SA**	**IA Leve**	**IA Moderada**	**IA Grave**
	2021/2022				**2021/2022**			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2022 p.38. Org: ALVES, B. C. F. (2024)

Nota-se que a insegurança alimentar leve no país ultrapassa os 50 milhões de pessoas, 27% localizada nas zonas urbanas e 28% no campo. Todavia em número de habitantes as zonas urbanas abrigam maior contingente de subnutridos e mais de 27 milhões de famintos. Na zona rural brasileira é expressão mais severa a insegurança alimentar moderada e grave atinge 38% dos domicílios de agricultores familiares. Segundo o inquérito seis a cada dez habitantes da área rural apresentam algum grau de insegurança alimentar.

Com o desmantelamento das políticas de subsistência e de produção de alimentos a fome é violência política. Nesse contexto que o Movimento Sem Terra (MST) se organizou no ano de 2020 para combater a fome no contexto de crise sanitária através de uma agenda nacional construída pela Frente Nacional contra a Fome e a Sede. São essas estratégias criadas para o enfrentamento da miséria no campo e na cidade quando a atuação do estado ataca os direitos sociais, fundamentalmente o direito humano alimentação.

Para o economista Abramovay (1985) o ponto importante quanto a questão agrícola e alimentar no Brasil é sobretudo que os famintos atualmente vivem no mundo de fartura. Abramovay nos ensina que mesmo diante do alto grau de avanço econômico, a persistência desse dilema deve continuar a atentar contra a população, pois

fundamentalmente a questão do acesso aos recursos necessários à produção alimentar são efetivados desigualmente, a concentração fundiária é fundamental no processo de avanço dos índices fome, em contraste com os de diminuição da vulnerabilidade socioeconômica.

> "No Brasil, a desigualdade social – enraizada em sua história de profunda concentração de terra e renda – promoveu misérias e inacessibilidade a direitos humanos básicos – dentre estes, à alimentação. A acentuada desigualdade de sua estrutura fundiária é um permanente aspecto da injustiça social no Brasil, e tem papel crucial no sustento de um modelo de desenvolvimento excludente, que situa o Brasil como um dos países de maior desigualdade no mundo (Gomes, 2013 p. 18)."

Percebe-se que a desigualdade social pode ser entendida a partir de múltiplas variáveis, desde a questão da renda, o acesso à água potável, a moradia, a educação entre outras questões básicas da vida no campo ou na cidade. No âmbito da divisão regional nota-se que a região Norte e Nordeste mantém os piores índices de renda *per capita*, consequentemente a prevalência da fome em grande parte dessas populações.

A tabela II mostra a dimensão dessas desigualdades regionais. Nota-se que na região Sudeste a prevalência de segurança alimentar chega a 45,4% e a região Sul nessa mesma posição chega à prevalência de 51,8%. Quando olhamos as regiões norte e nordeste a relação se inverte, pois, o acesso pleno aos alimentos é baixo fazendo com que a insegurança grave e moderada seja bem maior que nas outras regiões.

Tabela ll - Distribuição percentual dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar (Leve, Moderada e Grave) no Brasil por macrorregiões 2022

Região	**Segurança alimentar**	**Insegurança Alimentar Leve**	**Insegurança Alimentar Moderada**	**Insegurança Alimentar Grave**
Brasil	41,3%	28,0%	15,2%	15,5%
Norte	28,4%	26,4%	19,5%	25,7%
Nordeste	32,0%	29,6%	17,4%	21,0%
Centro-oeste	40,5%	31,1%	15,5%	12,9%
Sudeste	45,4%	27,2%	14,3%	13,1%
Sul	51,8%	26,5%	11,8%	9,9%

Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2022 p.40. Org.: ALVES, B. C. F. (2024).

Por mais desenvolvido que possa ser o Brasil notamos ainda que esse avanço é diferentemente vivenciado pelo seu povo. Se analisarmos o decorrer da formação sócio-histórica do país perceberemos que as desigualdades regionais são marcantes, os dados do II

inquérito demonstram uma diferença entre os níveis de insegurança alimentar e de segurança alimentar, mantendo tanto o norte quanto o nordeste em uma linha tênue entre fome e segurança alimentar, o estudo afirma que nessas regiões a fome atinge 4 a cada 10 famílias, diante disso afirma-se a magnitude da privação a qual a população do norte e nordeste foram submetidas.

> "É manifesto e de grande magnitude o aumento da insuficiência de alimentos nos lares brasileiros entre 2018 e 2021/2022, em todas as macrorregiões. Entretanto, como um espelho da desigualdade no Brasil, essa evolução negativa da IA moderada ou grave ocorre com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste, com prevalências em 2021/2022, de 45,2% e 38,4%, respectivamente (Penssan, 2022 p. 75)."

Esta é também mais uma das formas de analisarmos as desigualdades sociais no Brasil, compreendendo que a fome nesse contexto pode ser vista como uma arma de dominação, à medida que priva boa parte da população de um direito básico à sobrevivência. A comida numa economia capitalista torna-se mais uma mercadoria, e por isso o tamanho da refeição das pessoas não dependerá do vazio de seu estômago, mas do volume de seu bolso (Abramovay, 1985. p.55).

Josué de Castro (1908-1973) pioneiro nos estudos sobre a fome no Brasil em meados do XX já indicava caminhos possíveis para uma economia nacional que enfrentasse a fome, por isso:

> "Pregava a necessidade de um plano sistematizado de política alimentar, do incremento a produção e a produtividade das espécies alimentícias, de uma política agraria que combatesse o latifundiarismo e conservasse melhor nossos recursos renováveis, através de uma adequada utilização do solo. Recomendava a atualização da legislação, permitindo ao agricultor o acesso à terra através da desapropriação dos imóveis improdutivos; o aproveitamento das áreas circunvizinhas aos grandes centros urbanos para frutas, legumes e verduras (que não resistiriam a transportes a longas distancias por não dispormos de recursos de refrigeração); a mecanização racional e intensiva a partir do conhecimento dos tipos de solo e das espécies a serem plantadas (Campos, 2011. p,230)."

Isso porque entendia que sem reorganização total das forças produtivas camponesas, a qual possibilitasse ao agricultor plantar, não teríamos condições para erradicação da fome e de melhor aproveitamento energético em relação à diversidade de alimentos, como por exemplo contido nas frutas, legumes e verduras. Ele nos indica que a produção deve ser orientada primeiro pelo consumo interno, garantido alimento para todo povo brasileiro e posteriormente a regulação nutricional e acessível, por fim a produção se voltaria a exportação de alimentos para cooperação internacional pela alimentação.

Infelizmente a realidade no Brasil continua a tornar a cada dia mais viva as ideias de Josué de Castro, através dos últimos dados apresentados o que nos é evidenciado para além do agravamento da insegurança alimentar ocasionado pelo desmonte de políticas e programas de combate à fome, um marco dessa reorganização econômico social foi a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC da morte (PEC 241/2016) o modelo estabelece uma política fiscal de congelamento de gastos pelo estado obrigando-o a gastar menos com as necessidades primordiais como saúde, moradia, alimentação, educação entre outras despesas.

Nesse sentido o estado submete a economia primária a uma estagnação orçamentária deixando de atuar para redução da pobreza, ao contrário torna-se instrumento para intensificação da acumulação de riquezas. Outro marco importante nesse contexto do desmantelamento do sistema de proteção social foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2019, o órgão criado em 1993, com o dever de criar políticas e programas no campo da segurança alimentar e nutricional a partir do monitoramento contínuo dos índices. Junte-se a isso atitudes e discursos governamentais que reafirmam um falso dilema entre economia e saúde.

Acredita-se que o fator fundamental da persistência da fome no Brasil na atualidade é decorrente do modo de funcionamento económico e político representado pela lógica neoliberal, esse modelo apesar de adentrar ao país no final do século XX tem cada vez mais se fortalecido a partir dos planos de privatizações e a precarização do trabalho desse modo o estado brasileiro é suprimido pelos interesses econômicos das elites.

A fome como um dos horizontes da desigualdade social pode até se diferenciar em relação às regiões, a cidade e o campo e entre outras variações, no entanto a raiz do problema encontra-se nesse modelo de economia burguesa, e diante disso o trabalhador no Brasil sofre as duras penalidades da exploração seja ela pelo trabalho, seja ela pela fome e sobre isso o segundo Visisan, (2022, p,88) afirma que:

> "Os indicadores de pobreza e fome no Brasil, se consideradas quase duas décadas de avaliação, parecem expressar um mosaico em que todos esses elementos, a partir de 2016, interagem para negar os direitos de cidadania à maioria da população, além de múltiplos testemunhos de despreparo de governos e da tecnocracia responsável por responder às crescentes demandas sociais."

A negação desses direitos tem relação direta com o desemprego, a dificuldade de escoamento da produção agrícola familiar, com a dificuldade de acesso à moradia, transporte, e a adoção de planos governamentais que intensificam a concentração de

renda e fundiária, precarizando a educação e as condições de saúde, elevando os níveis de insegurança alimentar. São carências sociais históricas que com a chegada da crise sanitária da Covid-19 ampliou com a perca de empregos e renda, bem como de uma diminuição da ação do Estado na erradicação da fome contribuindo para que aumentasse dos famintos, sendo 14 milhões de pessoas nesta condição entre os anos de 2021 e 2022.

Considerações finais

O presente artigo compreende que uma das formas de se analisar o problema da fome é localizá-la como uma das expressões da pobreza, consequências da desigualdade social, ou seja, a fome com relação ao modelo social-econômico brasileiro. E os dados contidos no I e II inquérito nacional evidenciam o crescimento dos níveis de insegurança alimentar, seja ela leve, grave ou moderada.

Por si só os números não podem garantir o fim da fome, mas possibilitam a sistematização de ideias contextualizadas ao sistema político e econômico do Brasil tornando-se ferramenta de pesquisa sobre o fenômeno da fome. Contextualizar os dados da rede PENSSAN em relação ao projeto econômico do Brasil a partir do ano de 2016 expresso através do desmonte já mencionado anteriormente.

A permanência e agravamento da pobreza está relacionada primeiramente à questão da renda, pois como já dito convivemos em uma sociedade cujo principal mediador do acesso a objetos e lugares é o dinheiro, então a renda principalmente do trabalho assalariado no campo e na cidade constitui a forma como a maioria da população acessa os alimentos.

Diante disso, chama atenção a prevalência de insegurança alimentar moderada, leve e/ou grave em domicílios onde a renda per capita é de meio até um salário mínimo per capita como exposto no II inquérito. Isto nos leva a entender o desmonte das leis trabalhistas como fator determinante no agravamento da pobreza brasileira, assim como a reflexão de que o mínimo garantido através do salário não tem sido o suficiente.

Notadamente que essa condição garante um manejo muito restrito do orçamento daquelas famílias mais pobres e como o acesso ao mercado de trabalho ocorre de maneira desigual as diferenças nos índices de insegurança se diferenciam conforme a renda sobre isso o segundo inquérito dimensiona que mesmo onde a renda da família fosse superior ao salário-mínimo nós temos 9% dos domicílios em insegurança moderada ou grave.

O Brasil por organizar-se politicamente sob a ótica do neoliberalismo flexibilizou as

relações de trabalho através do ataque aos direitos trabalhistas, pelo desmantelamento de políticas de ajuste salarial e a partir disso abriu caminhos para lógica do trabalho informal. Esse funcionamento é em grande medida responsável pela permanência da fome coletiva tal qual conhecemos, assim como o latifúndio organizado sob a lógica do agronegócio são também ordenamentos econômico e sociais de produção da fome no país, expresso pelas imposições de custos absurdos a pequena produção e especialmente a agricultura familiar.

Outra dimensão sobre a permanência da fome pode ser identificada pela desigualdade étnico-raciais, nesse caso o racismo contra pessoas de pele/cor preta e parda também pode ser identificado como elemento produtor de fome, já que determina quais espaço a população negra deve ocupar, fundamentalmente no mercado de trabalho, e esse lugar no mercado determina também a cesta de alimentos a qual ela vai ter direito e o mesmo vale para as desigualdades entre gênero.

Como produto desse modelo produtivo a concentração de renda, o discurso de oposição entre cidade e campo, a precarização do trabalho, o sucesso do sistema agroexportador e o capital financeiro constituem como produtores da degradação humana de grupos pertencentes às classes mais baixas, fundamentalmente a de trabalhadores/res. Degradação quem tem papel fundamental de mantê-las vulneráveis aos processos de exploração e expropriação.

Não se trata apenas de uma questão da distribuição da fome no território brasileiro, pois como já dito o que interessa ao mercado de alimentos essencialmente não é “matar a fome”, mas sim o lucro, portanto compreender a fome como um problema de ordem estrutural e estruturante da sociedade capitalista impele não apenas reformas, mas sim reinvindicações de transformações de ordem estrutural para uma possível superação da fome no Brasil.

REFERÊNCIAS

BORTOLETTO, Catarina, ROCHA, dos Santos Lucas; BARBANT, Junior. **Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU:** críticas, polêmicas e a posição brasileira. 2021. Disponível: https://opeb.org/2021/10/04/cupula-dos-sistemas-alimentares-da-onu-criticas-polemicas-e-a-posicao-brasileira. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra o relatório da FAO**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX**. Jundiaí, 2011. Editora Paco.

GOMES, Renata Mainenti. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil**: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. São Paulo, 2008 edição, Loyola.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma Favelada. São Paulo: Ática, 1995. 173p.

MALUF, Renato S. (org.). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 03 dez. 2024.

SIPIONI, Marcelo Eliseu *et al*. **Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto:** COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. 2020.